

Escola econômica de Chicago e Austríaca

Chicago and austrian economic school

Sandro Mansur Gibran(1); Augustus Bonner Cochran III(2); Paulo Cesar Gradella Filho(3)

- 1 Doutor em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2009) e Pós-Doutorando em Direito junto ao Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná (iniciado em 2015). Atualmente é professor do Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário Curitiba – UniCuritiba, Brasil. E-mail: sandro@rochaadvogados.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2738-7199>
- 2 Professor of Political Science at Agnes Scott College in Atlanta, Georgia, USA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3302-4992>
- 3 Advogado e professor universitário, especialista em Processo Civil pelo IBEJ, e Mestre em Direito Empresarial e Cidadania pela UNICURITIBA (2021), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0844-4015>

Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, vol. 17, n. 3, e4551, setembro-dezembro, 2021 - ISSN 2238-0604

[Received/Recebido: junho 4, 2021; Accepted/Aceito: maio 5, 2022;
Publicado/Published: maio 23, 2022]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2238-0604.2021.v17i3.4551>

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

Resumo

O presente artigo destaca a importância dos estudos sobre as teorias econômicas, congregadas nas linhas de pensamentos respectivos, está ligada à compreensão da própria ciência da economia e ao entendimento complementar das ciências sociais aplicadas. Temos a evolução das referidas teorias, que fornece uma base de conhecimento que permite a análise das características e comportamentos mercadológicos, ligados às necessidades humanas e aos conjuntos sistêmicos da microeconomia e da macroeconomia. Especialmente, com ênfase nas Escolas Econômicas de Chicago e Austríaca.

Palavras-chaves: Escola; Economia; Chicago; Austríaca; Mercado.

Abstract

This article highlights the importance of studies on economic theories, gathered in the respective lines of thought, is linked to the understanding of the science of economics itself and to the complementary understanding of applied social sciences. We have the evolution of these theories, which provides a knowledge base that allows the analysis of market characteristics and behaviors, linked to human needs and the systemic sets of microeconomics and macroeconomics. Especially, with an emphasis on the Chicago and Austrian Economic Schools.

Keywords: School; Economy; Chicago; Austrian; Market.

1 Introdução

A importância dos estudos sobre as teorias econômicas, congregadas nas linhas de pensamentos respectivos, está ligada à compreensão da própria ciência da economia e ao entendimento complementar das ciências sociais aplicadas, especialmente as que correspondem ao Direito e à Administração.

O estudo da evolução das respectivas teorias fornece cabedal de conhecimento que permite a análise das características e comportamentos mercadológicos, ligados às necessidades humanas e aos conjuntos sistêmicos da microeconomia e da macroeconomia.

Com o desdobramento analítico de cada linha, é possível perceber as influências que obtiveram do contexto histórico que estão inseridas, bem como nas influências que concretizaram em face da aplicação pragmática de cada uma delas em determinada comunidade ou sociedade, em certo lapso de tempo.

O estudo das Escolas Econômicas, ao menos no ramo acadêmico do Direito, não é realizado com a devida profundidade no Brasil, havendo certo espaço no conhecimento dessas abordagens. Deixa-se de observar a influência da correlata ciência nas abordagens interdisciplinares que explicam determinados fenômenos sociais, especialmente no ramo do setor público e privado, com destaque na esfera empresarial.

Assim, impera a necessidade de maior aprofundamento das linhas de pensamentos mais importantes da economia, com destaque para a Escola Econômica de Chicago e a Austríaca, em razão das influências significativas que forneceram na contemporaneidade e, em especial, na própria compreensão do direito e de sua intervenção recíproca com o referido ramo da ciência econômica.

2 Escolas econômicas e principais pensamentos

Inicialmente, temos na Antiguidade Clássica¹ (4000 a.c / 500 d.c), a primeira fase, onde temos os povos nômades e semi-sedentários, se caracteriza pelo: trabalho escravo prevalente, ausência de moeda, comércio de trocas, regimes teocráticos, e ausência de um pensamento econômico.

Na segunda fase, temos o embrião das noções de riqueza, valor econômico e moeda. Há o início de um comércio internacional, o Império Romano como um dos expoentes. Surgem os pensadores como Platão, Aristóteles, Plínio.

Já na Idade Média (500 a 1500 d.c), com o sistema feudal, temos a economia artesanal, o nascimento do regime corporativo e do ofício (trabalho), e doutrina canônica. Surge o sentido moral de justo (preço justo, lucro justo). Destacam-se como pensadores Santo Tomás de Aquino e Oresmo.

1 GREMAUD, A. P. et al. *Manual de Economia*. 6ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 28.

Com o Mercantilismo (sec. XV a XVIII), acreditava-se que a riqueza consistia na quantidade de metais que as nações possuíam (“metalismo”). O saldo positivo de metais (ouro, prata e cobre) seria oriundo do saldo positivo na balança comercial (exportações maiores que importações).

Surge a Fisiocracia² (Economistas Fisiocratas), em 1756, formam os precursores da Ciência Econômica. Possui como expoentes os franceses François Quesnay e Jacques Turgot. Defendiam que a riqueza das nações era determinada pela produtividade das suas terras (poder agrícola e natural). Influenciaram o liberalismo clássico e a criação da economia política. Eram críticos da industrialização e do intervencionismo.

Já a Economia Política (Economia Clássica) em 1767, inicia-se o estudo científico da Economia. Temos como expoente - Adam Smith³ (com a obra “A Riqueza das Nações”) e David Ricardo⁴. Se caracterizava pela defesa do liberalismo, a abertura de mercado entre as nações (substituição do protecionismo e do raciocínio mercantilista dos Estados).

Foi a primeira teoria do valor (ou valor-trabalho), propriedade privada, liberdade de contrato e liberdade de câmbio. Influenciam o Estado Liberal e o individualismo capitalista. Definem o papel da indústria e do empresário. Indicadores da regulamentação do papel-moeda.

Contudo, na Economia Neoclássica, origem no utilitarismo, com base hedonista. Temos a “A teoria da economia política”. Ressaltava a importância da matemática no estudo da economia.

Formulação da “teoria do equilíbrio geral”. Outros economistas importantíssimos dessa escola que merecem ser citados são: o italiano Vilfredo Pareto (do conceito de “Ótimo de Pareto”), o austríaco Carl Menger⁵ (deu o ponto de partida da escola austríaca – publicação da obra *Princípios de Economia Política*) e o inglês Alfred Marshall (professor e a grande influência de John Maynard Keynes). Derivam escolas como a Austríaca, o Keynesianismo e de certa forma a de Chicago.

A Economia Marxista, tem como expoente o próprio Karl Marx, culminou na conceituação da mais-valia de Marx (que se divide em mais valia absoluta e mais valia relativa).

Vários outros conceitos importantes devem ser mencionados, como a acumulação primitiva de capitais e o fetichismo da mercadoria, além da sua análise única do capitalismo e do que é o capital (um processo histórico e social de acumulação através do trabalho alheio, diferente da interpretação vulgar que fazem, alegando ser apenas um mero excedente). Eram críticos dos neoclássicos.

2 VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. *Fundamentos da Economia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 289.

3 GREMAUD, A. P. et al. *Manual de Economia*. 6ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 64.

4 MATIAS-PEREIRA, J. Curso de economia política: foco na política macroeconômica e nas estruturas de governança. São Paulo: Atlas, 2015, p. 21.

5 DE SOTO, J. H. *A Escola Austríaca*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, p. 49.

Temos o Keynesianismo, cujo expoente era John Maynard Keynes⁶. Tem no seu principal livro (*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicado em fevereiro de 1936) a sua estrutura.

Defende que o Estado é o principal condutor da atividade econômica, é traçada a importância do intervencionismo público no sentido do Estado participar ativamente da conta de investimento em momentos de crise econômica, visando reduzir a crise através de políticas fiscais expansionistas, tem uma abordagem macroeconômica.

De tal abordagem macro de Keynes nascem os conceitos de PIB (Produto Interno Bruto), PNB (Produto Nacional Bruto). Prefere “terceirizar” em lugar de “privatizar”. Busca-se o “Estado do Bem-Estar Social”. As teorias da referida escola foram importantes em momentos históricos de 1929 e na reconstrução da economia pós-segunda guerra.

Por fim, observa-se que não se visa abarcar todas as linhas de pensamentos econômicos, mas tão somente indicar panorama geral e destacar as diferenças daqueles que possuem conteúdo mais significativo e que servem de comparação e aparato para as principais escolas a serem abordadas: Escola de Chicago e Escola Austríaca.

3 Escola econômica de Chicago

No contexto histórico, surge em 1950, disseminada por alguns professores da Universidade de Chicago.

É resultado da forte relação em discussões acaloradas envolvendo os departamentos acadêmicos de Economia, Administração e Direito da Universidade de Chicago.

Tem como seus principais expoentes com destaque mundial, George Stigler e Milton Friedman⁷ (ambos ganharam o prêmio Nobel de Economia).

Possui como principal conjunto de ideias: a) Teoria Neoclássica da Formação de Preços; b) Liberalismo Econômico total e sem intervenção; c) Favorável ao Monetarismo (contraposição ao Keynesianismo) - forte correlação entre a oferta de moeda e o nível de atividade econômica; d) Rejeição da Regulamentação dos Negócios praticamente total (*laissez-faire*); e, e) Prevalência da Política Monetária e não Fiscal.

Cria o **método**, intitulado “Economia Positiva”, onde via estudos empíricos baseado na estatística (prioridade aos dados).

Segundo Friedman⁸, a demanda por moeda era estável e a oferta de moeda, historicamente, instável.

6 GREMAUD, A. P. et al. *Manual de Economia*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 51.

7 HUNT, E.K. *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 444.

8 INSTITUTO MILLENIUM. Disponível em: <https://artigos/milton-friedman-2>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

Explicou que um dos motivos para a crise econômica de 1929 foi a incompetência da secretaria do tesouro norte-americano, que não enxergou os sucessivos *déficits* de moeda na economia do país.

Friedman queria tirar a centralização das políticas econômicas do setor fiscal e levar para o setor monetário. Friedman dizia que a renda era afetada no curto prazo com a oferta monetária (quantidade de moeda em circulação), mas no longo prazo, apenas variáveis reais determinavam outras variáveis reais (ou seja, no longo prazo a quantidade de moeda não tinha importância sobre a renda, afetava apenas o nível de preços de uma economia).

Concretiza-se críticas às políticas fiscais.

Na “Teoria da Função do Consumo”, o economista ofereceu uma visão inovadora para a relação entre renda e consumo.

Até então se defendia que qualquer aumento no rendimento dos indivíduos resultaria em uma alta imediata do consumo e, portanto, da demanda como um todo.

Friedman, no entanto, tinha uma visão diferente, segundo ele, o rendimento é resultado de dois componentes: um permanente, como o salário ou renda de um imóvel, que o indivíduo espera receber periodicamente, e outro temporário, relacionado a ganhos esporádicos, como bônus.

Dessa forma, entendia que o nível de consumo das pessoas se baseava apenas na parcela da renda que elas consideram como estável ou de longo prazo, e assim elas gastariam um valor constante de sua renda permanente e poupariam a maior parte de sua renda transitória.

Nas teorias da Escola de Chicago, a oferta monetária era o principal motor do crescimento econômico pois, à medida que ela aumentava, as pessoas exigiam mais, as fábricas produziam mais e, portanto, novos empregos seriam criados.

Em resumo, os chamados monetaristas, grupo encabeçado por Friedman⁹, buscam regular a economia através da política monetária e não fiscal.

Em linhas gerais, isso ocorreria da seguinte maneira: os governos, quando querem aumentar a oferta monetária, imprimem mais dinheiro e compram títulos públicos em posse de bancos, de modo a injetar essa quantidade nova dinheiro no sistema financeiro.

Estes bancos, por sua vez, acabam dispondo de mais dinheiro para emprestar e, portanto, estão dispostos a cobrar juros mais baixos, o que leva a um crescimento da economia, uma vez que as pessoas passam a ter acesso a quantias maiores de dinheiro para interagir no mercado.

Quando o governo deseja reduzir a oferta monetária, ele faz a operação inversa: vende mais títulos públicos aos bancos e captando dinheiro.

9 *INSTITUTO LIBERAL*. Disponível em: www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/milton-friedman. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

Ao aumentar essa venda de títulos, o governo força a sua desvalorização, subindo a taxa de juros básica e, por consequência, reduzindo a quantidade de dinheiro circulante na economia.

Dessa forma, controla-se a tão temida inflação.

Podemos indicar as principais influências históricas da Escola de Chicago: a) na Ditadura no Chile em 1970 (Chicago Boys); b) em 1980, na Inglaterra com Margaret Thatcher; e nos Estados Unidos com Ronald Regan.

Por fim, as principais influências em Instituições: a) base na doutrina do fundamentalismo de Livre Mercado; b) Banco Mundial; c) FMI; e, d) privatizações em geral.

4 Escola econômica Austríaca

O início da escola se dá com Carl Menger¹⁰, no ano de 1871. A escola teve, basicamente três fases.

A primeira é a da fundação, onde havia um grande debate com a escola histórica alemã, nos anos 80 do século XIX. Desenvolveu a Teoria do Valor Marginal.

O valor das coisas é atribuído pela avaliação subjetiva do produto ou do item e não pelo custo da matéria prima e o trabalho empregado na produção, como queriam os marxistas.

A segunda fase foi nos anos 20 e 30 do século XX, onde a discussão passou a ser fora dos bancos universitários, este período, o expoente foi Ludwig Von Mises¹¹. O grande debate era se o socialismo tinha viabilidade teórica e se o estado deve ou não intervir na economia.

O grande adversário teórico de Mises foi Enrico Barone (tentava demonstrar a viabilidade teórica do socialismo).

Ludwig Von Mises demonstrou que o socialismo não possui viabilidade teórica e que o Estado não deve interferir na economia.

Defendia a propriedade privada. Uma das suas grandes contribuições foi a praxeologia¹². Sustenta que toda a economia depende da ação humana, das atitudes dos indivíduos. Somente uma sociedade livre é que pode proporcionar mobilidade social. O empreendedorismo é essencial à economia.

O terceiro fase se dá por meio do ganhador do prêmio Nobel, Friedrich August von Hayek.

10 DE SOTO, J. H. *A Escola Austríaca*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, p. 49.

11 HUNT, E.K. *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 442.

12 HOPPE, H. H. *A Ciência Econômica e o Método Austríaco*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, p. 10.

Ele defendeu num dos mais influentes artigos do século XX – “uso do conhecimento na sociedade” – que o conhecimento está disperso em cada mente humana e, nenhuma delas ou nenhum grupo de pessoas detém ou pode deter o conhecimento total, daí a inviabilidade de qualquer planejamento ou interferência na economia.

Por isso, qualquer planejamento sempre é menos eficaz do que a ordem baseada na livre competição.

Esta livre competição cria o sistema de preços. Cada indivíduo toma decisões baseada no sistema de preços que funciona como um sistema de telecomunicações.

Cria um **método**, que leva em conta a Praxeologia (homem age sempre com a intenção de aumentar o seu conforto ou reduzir seu desconforto, respeitando sempre uma escala ordinal de necessidades), o individualismo (ações do indivíduo), e negam a modelagem matemática e o historicismo (conforme Marx).

Importante destacar, que a Escola Austríaca foi disseminada por pensadores concentrados em Viena, entre os principais expoentes de destaque mundial podemos citar: Carl Menger, Ludwig Von Mises e Friedrich Von Hayek¹³.

A Escola Austríaca tinha como principias ideias: a) liberalismo econômico total e sem intervenção (*laissez-faire*); b) defendem o *free banking* (sistema bancário sem regulamentação e com emissão de moeda privada); c) crítica às Políticas Monetárias e Fiscais; d) crítica ao Estado-Empreendedor; e, e) defendem a volta do Padrão-Ouro.

O liberalismo da Escola Austríaca e o liberalismo clássico em geral enfatizam a importância da liberdade consciente, não apenas como valor ético fundamental, mas — e isto é extremamente importante — como pré-condição para a geração e distribuição de riqueza. É conveniente frisar que tal ênfase na liberdade, que caracteriza a postura liberal nos campos do direito, da política, da economia, da ética e da cultura fundamenta-se epistemologicamente em uma concepção clara acerca do que é (e do que não é) conhecimento.

5 Principais entendimentos da escola de Chicago e austríaca em certas questões econômicas

Quanto a **importância econômica da propriedade privada**; a *Escola de Chicago*, defende a propriedade é de importância central para a prosperidade e para o crescimento econômico. Consequentemente, é de suma importância que o estado — ou, mais abstratamente, a lei — mantenha e, sempre que necessário, modifique todo o conjunto de direitos de propriedade a fim de melhor alocar os custos de transação e, com isso, promover o máximo de crescimento e eficiência econômica. A propriedade não é algo que surge naturalmente; ela é o produto final do sistema legal.

13 NOVAES, R. F. *A Escola de Chicago através de seus expoentes*. Instituto Ordem Livre, 2014. Disponível em: <http://ordemlivre.org/posts/a-escola-de-chicago-atraves-de-seus-expoentes>.

Já a *Escola Austríaca*, a propriedade é uma relação que surge naturalmente entre seres humanas e coisas materiais. A propriedade e os direitos do proprietário sobre sua propriedade tornam possível o cálculo econômico, permitem uma mais ampla e mais produtiva divisão do trabalho e, conseqüentemente, níveis crescentes de prosperidade. Com efeito, a civilização em si é inconcebível sem propriedade privada. Qualquer transgressão à propriedade resulta em perda de liberdade e de prosperidade.

No tocante a **origem do valor econômico de um bem**, a *Escola de Chicago*, diz que o valor de um bem é determinado pela interdependência entre oferta e demanda, ou por aquilo que pode ser chamado de interação do custo e da utilidade. Contrariamente a algumas escolas de pensamento econômico que tentam explicar o valor com base apenas na utilidade, a abordagem correta é aquela de Alfred Marshall, que percebeu que o valor econômico se deve tanto às preferências subjetivas quanto às condições tecnológicas objetivas. Para ver isso mais claramente, considere que, se os custos de produção de um determinado bem subirem, seu preço final neste novo equilíbrio terá de ser maior na mesma proporção.

A *Escola Austríaca*, diz que objetos físicos como uma banana ou um automóvel não possuem um valor econômico intrínseco. Ao contrário: somente uma mente humana pode atribuir valor a estes itens; e somente então podem os economistas classificar estes itens como sendo bens. Um objeto só é valioso se houver ao menos um ser humano que acredite que este objeto poderá ajudar a satisfazer seus desejos subjetivos.

Quanto ao motivo de **existir uma taxa de juros, e se deveria ela ser regulada**, a *Escola de Chicago*, afirma que os juros são um retorno sobre o capital; no equilíbrio, a taxa de juros é igual ao produto marginal do capital. A situação é perfeitamente análoga ao mercado de trabalho, no qual os salários são iguais ao produto marginal do trabalho.

Há vários arranjos tecnológicos que irão gerar produtos em diferentes datas futuras, e os consumidores têm preferências por consumir em diferentes datas futuras.

Na margem, o consumo presente será preferível ao consumo futuro, mas uma unidade extra de capital investido irá gerar um incremento na produção (disponível no futuro) de modo a fazer com que o consumidor seja indiferente entre consumir agora ou esperar uma unidade adicional de tempo para consumir a oferta futura maior possibilitada pela produtividade do capital. O governo não deve interferir nas taxas de juros pelas mesmas razões pelas quais ele não deve interferir nos salários.

A *Escola Austríaca*, diz que os juros são uma consequência de um fato apriorístico: tudo o mais constante, o indivíduo prefere usufruir um bem no presente a usufruir este mesmo bem no futuro. Um bem presente possui um valor maior do que este mesmo bem no futuro. *Ceteris paribus*, o indivíduo prefere consumir hoje a deixar para depois. Obviamente, o governo não tem de interferir na taxa de juros de mercado,

uma vez que ela meramente reflete o bônus subjetivo que os indivíduos atribuem a um bem presente em relação a um bem futuro.

Já quanto deve ser a **função e o tamanho adequado do governo**, a *Escola de Chicago*, diz que os mercados fornecem todos os bens de capital e de consumo de maneira relativamente eficiente.

No entanto, por várias razões econômicas e políticas, as transações privadas para serviços e instituições fundamentais, como justiça, dinheiro e defesa, não podem ser feitas pelo mercado, que fracassaria fragorosamente nestas tarefas.

Não faz nenhum sentido discutir mercados sem antes conceder a necessidade da existência do estado. O governo tem de existir para fiscalizar e impingir as “regras do jogo”. Sem isso, a sociedade desanda para o caos. O governo tem de estabelecer e impor regras básicas para a sociedade, mas sempre evitando intervenções arbitrárias ou desestabilizadoras nos mercados.

A *Escola Austríaca*, defende a ordem em uma sociedade pode emergir das transações voluntárias entre os indivíduos. As pessoas podem voluntariamente incorrer em transações privadas para obter qualquer coisa que valorizem, inclusive justiça e segurança.

Dado que todas as escolhas voluntárias envolvem o julgamento subjetivo de situações futuras, cada indivíduo tem a capacidade de saber quais bens e serviços são os mais adequados para ele, inclusive serviços como proteção e resolução de disputas. Idealmente, o governo estaria limitado apenas à proteção dos direitos básicos de cada cidadão; mas o governo, como o conhecemos, protege apenas seus favoritos e viola os mais básicos direitos de propriedade do cidadão comum.

Todos os esforços para se limitar os poderes do estado tendem a fracassar. Instituições privadas de segurança e arbitramento são mais eficientes e morais do que suas congêneres estatais.

Outro tema, é o que **gera os ciclos econômicos**, para a *Escola de Chicago*, são as variações na oferta monetária fazem com que o crescimento do PIB se desvie de sua tendência geral de longo prazo. Sem estas variações, a economia se mantém relativamente estável.

Estas variações na oferta monetária geram expansões econômicas inflacionárias e recessões. Defasagens no ajuste do nível dos salários dentro destes ciclos fazem com que estas flutuações econômicas gerem mudanças significativas nas taxas de desemprego.

A *Escola Austríaca*, diz que a expansão da oferta monetária reduz artificialmente as taxas de juros. Isto provoca uma acentuada elevação nos investimentos e nos gastos em consumo. A redução artificial dos juros faz com que os empreendedores incorram em investimentos de longo prazo, pois estes agora se tornaram mais lucrativos, ao mesmo tempo em que estimula os consumidores a se endividarem mais e a se

tornarem mais imediatistas, mais voltados para o consumo imediato. Disso surge uma descoordenação na economia.

A relação temporal entre poupança e investimento, produção e consumo, torna-se desarranjada e descompassada. Os preços sobem. A receita futura esperada pelos investidores não se concretiza, pois nunca houve um aumento na poupança que possibilitasse uma maior renda futura dos consumidores.

Os processos de mercado revelam que vários investimentos não apenas não são lucrativos, como na realidade representam capital investido de maneira errônea e insustentável.

Recursos escassos foram desperdiçados em projetos cujos retornos foram sobrestimados. Estes investimentos são então liquidados, o que dá início à recessão.

No tocante, de qual seria a **política correta para se combater recessões**, a *Escola de Chicago*, diz que o Banco Central pode estimular a economia reduzindo as taxas de juros e o governo pode aumentar a demanda agregada por meio de um aumento temporário dos gastos, mesmo que para isso tenha de incorrer em déficits orçamentários.

Assim que a economia voltar ao normal, o Banco Central pode permitir que os juros subam e o governo pode restringir seus gastos.

A *Escola Austríaca*, afirma que a recessão é apenas a revelação de que havia um conjunto de descoordenações e investimentos errôneos e insustentáveis em toda a economia em decorrência de uma política monetária expansionista.

Trata-se de uma etapa essencial do ciclo econômico, que irá liquidar os investimentos ruins e liberar recursos até então imobilizados nestes investimentos, permitindo que eles agora possam ser utilizados por outros setores da economia.

Não apenas o governo não deve combater a recessão, como deve permitir que ela siga seu curso até o fim, limpando os investimentos ruins de toda a economia. Políticas contracíclicas são contraproducentes e logram apenas prolongar a recessão.

Recessões futuras podem ser impedidas por meio de uma reforma do sistema monetário, que é a real causa dos ciclos econômicos.

Outro tema se refere se os **mercados criam e sustentam monopólios; e o que fazer quanto a isso**. A *Escola de Chicago*, defende a regulação dos monopólios gerou mais malefícios do que benefícios, pois sempre acaba protegendo determinados concorrentes e não a concorrência em si. Alguns tipos de regulação contra cartéis se baseiam em modelos falhos, incapazes de entender que algumas empresas ganham fatias de mercado simplesmente porque seus produtos são desejados pelos consumidores.

O que cabe aos reguladores fazer, como disse Adam Smith, eles deveriam impedir a conspiração empresarial, o comportamento ostensivamente predatório de algumas empresas e, de resto, assegurar um equilíbrio que leve à genuína concorrência.

Por fim, vale ressaltar que alguns bens são de melhor qualidade quando fornecidos por monopólios, como justiça e defesa.

A *Escola Austríaca*, diz que os economistas da escola clássica estavam corretos ao definirem um monopólio como sendo um privilégio concedido pelo governo. Afinal, adquirir o privilégio legal de ser um produtor defendido pelo estado é a única maneira de se sustentar um monopólio em um mercado com total liberdade de entrada.

Quando não há este privilégio, a precificação predatória não é uma prática que possa ser mantida por muito tempo, e nem mesmo sua tentativa deve ser lamentada, dado que se trata de um grande benefício para os consumidores.

Comportamentos típicos de cartel sempre se esfacelam, e quando isso não ocorre, eles servem a uma função de mercado. O termo “preços monopolistas” não possui nenhum significado efetivo em um arranjo de mercado, pois o mercado não é uma simples fotografia instantânea, mas sim vários processos contínuos de mudança.

Uma economia de mercado não necessita de nenhuma política antitruste; com efeito, o estado é a própria fonte dos monopólios e oligopólios que testemunhamos atualmente, como os setores judiciário e de segurança, além de todo o setor de utilidades públicas.

Outro ponto importante, refere-se de **qual é o papel da igualdade e da desigualdade**, a *Escola de Chicago*, aduz que é um grande erro fazer com que a igualdade de resultados seja um objetivo político, pois legislações igualitaristas podem destruir os incentivos para o aprimoramento.

Punir os ricos é uma medida autodestrutiva, mesmo para os pobres que estão batalhando para se manter. A igualdade de oportunidades, no entanto, já é diferente. É algo que todos merecem em decorrência de sua própria dignidade como ser humano.

Por isso, uma nação deve se esforçar para ter instituições educacionais de qualidade, instituir um limitado imposto sobre heranças e, de resto, auxiliar a todos aqueles que, sem nenhuma culpa própria, não possuem os meios de entrada na divisão do trabalho.

Tão logo estas instituições estiverem criadas, iremos descobrir que as forças da concorrência do mercado alcançarão os objetivos igualitários através de meios predominantemente voluntários.

A *Escola Austríaca*, diz que a igualdade é um termo que se relaciona adequadamente à matemática, e não às ciências sociais. Os seres humanos são desiguais em seus dotes, oportunidades, ambições e vontade de conquista.

Desigual não significa inferior ou superior; significa apenas *diferente*. Diferenças são a exata origem da divisão do trabalho e, dentro de um arranjo de mercado, não levam a nenhum conflito, mas sim à cooperação.

Embora as diferenças devam ser celebradas, proprietários de estabelecimentos têm todo o direito de tratar as pessoas desigualmente, escolhendo quem irão contratar e quem pode e quem não pode frequentar seu estabelecimento.

São os proprietários que devem arcar com as consequências de seus atos. Legisladores não deveriam ter qualquer preocupação em tentar criar nem igualdade de resultados e nem igualdade de oportunidades, seja entre indivíduos ou entre grupos de indivíduos classificados de acordo com qualquer critério.

O único lugar em que cabe a igualdade é na aplicação da lei, a qual deveria tratar todos os indivíduos da mesma maneira, sem qualquer consideração com seu gênero, cor, preferência sexual ou classe social.

Por fim, um outro tema, seria **quem melhor serve à sociedade**. A *Escola de Chicago*, defende que os políticos buscam seus próprios interesses, mas a competição política e o processo de políticas públicas fazem com que eles de certa forma acabem também servindo ao público.

Empreendedores também servem ao público de certa forma, pois é assim que obtêm lucros. A questão sobre se são os líderes cívicos ou os empreendedores quem melhor serve ao público ainda está em aberto. Tudo depende das circunstâncias específicas da época e do local. A sociedade democrática já se mostrou capaz de resolver questões de gestão social ao longo do tempo.

A *Escola Austríaca*, afirma que empreendedores possuem um papel indispensável para uma sociedade, eles estão sempre alertas para as oportunidades de lucro e estão sempre fazendo julgamentos acerca das demandas futuras.

A concorrência em relação a estas oportunidades resulta em um sistema de lucros e prejuízos que gera preços para a mão-de-obra e para o capital. Esta concorrência direciona recursos para a satisfação das mais urgentes necessidades dos consumidores. Os políticos bem-sucedidos são aqueles que possuem maior capacidade para conservar e exercer poder político. Estes são tipicamente os elementos mais inescrupulosos da nossa sociedade.

6 Considerações finais

Talvez o ensinamento mais importante, sob o ponto de vista prático, que podemos tirar da teoria do conhecimento da Escola Austríaca de Economia seja o de que a pretensão do conhecimento e a arrogância que se manifestam sob todas as formas de intervenção do estado na economia são equivocados, mas não têm limites, tanto no imaginário das pessoas quanto no oportunismo dos políticos e ideólogos de esquerda.

Com efeito, os austríacos adotam uma postura humilde, quando comparada com as escolas de pensamento sociais influenciadas pelo positivismo, desde aquelas mais radicais, como o socialismo, até as mais brandas, como a *social democracia*. A humildade reside no fato empírico de que o nosso conjunto de informações, ou de conhecimentos, jamais pode ser considerado completo e que, além disso, cada agente possui um nível peculiar de conhecimento e o interpreta de maneira também peculiar,

bem como dos fatos de que o conhecimento está sempre disperso, que muitas vezes parece estar escondido à espera de ser descoberto, que não é articulável e que tem natureza essencialmente subjetiva.

A economia do mundo real é formada por um conjunto de decisões tão complexas quanto imprevisíveis. São bilhões de agentes em todo o planeta tomando diariamente decisões, movidos por planos de natureza essencialmente subjetiva. Evidentemente, ninguém é capaz de conhecer com perfeição o presente e, portanto, de prever o futuro.

Apenas o processo de mercado, movido pela ação humana de milhões e milhões de indivíduos e pela ação empresarial dos empreendedores, é capaz, no decorrer do tempo subjetivo e sempre sob condições de incerteza genuína, de promover a coordenação social e econômica e, portanto, o desenvolvimento econômico, cultural, político e tecnológico, ao mesmo tempo em que, sob leis gerais, prospectivas e baseadas em usos e costumes consagrados pela tradição, estimula virtudes e desencoraja vícios.

Bibliografia

DE SOTO, J. H. *A Escola Austríaca*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

GREMAUD, A. P et al. *Manual de Economia*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GREMAUD, A. P. et al. *Manual de Economia*. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HOPPE, H. *A Ciência Econômica e o Método Austríaco*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HUNT, E.K. *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

INSTITUTO LIBERAL. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/milton-friedman>.

INSTITUTO MILLENIUM. Disponível em: <https://artigos/milton-friedman-2>

MATIAS-PEREIRA, J. *Curso de economia política: foco na política macroeconômica e nas estruturas de governança*. São Paulo: Atlas, 2015.

MISES. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1349>.

NOVAES, R. F. *A Escola de Chicago através de seus expoentes*. Instituto Ordem Livre, 2014. Disponível em: <https://ordemlivre.org/posts/a-escola-de-chicago-atraves-de-seus-expoentes>.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. *Fundamentos da Economia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.